

Grevista da UFG faz pressão no Congresso

Popular 8-8-91

Uma caravana de professores e servidores da Universidade Federal de Goiás (UFG) seguiu ontem pela manhã para Brasília a fim de acompanhar a votação do projeto de lei número 1390, enviado ao Congresso pelo presidente Fernando Collor no último dia 23. Em greve há dois meses, docentes e funcionários levaram na bagagem um repúdio à proposta presidencial, que segundo os trabalhadores contraria frontalmente suas reivindicações, ao anunciar, por exemplo, uma antecipação salarial de 20% retroativa a julho a ser descontada em janeiro, data-base das categorias, enquanto os grevistas exigem uma reposição de 150%, para cobrir parte das perdas patrocinadas pelos planos Bresser, Verão e Collor, que somam quase 700%.

De acordo com a coordenadora do Comando de Greve de Goiás, Ana Lúcia da Silva, os funcionários também reivindicam a reformulação da tabela de correção dos vencimentos contida no projeto de lei. "Esta proposta, se aprovada, provocaria um

grande achatamento salarial", diz ao explicar que o piso para a remuneração dos professores deveria ser de Cr\$ 121 mil e não de Cr\$ 72 mil, conforme sugere o presidente Collor. Em Brasília, professores e servidores goianos, em conjunto com funcionários das demais universidades brasileiras também em greve, vão fazer passeatas e manifestações diante do Congresso. Amanhã, eles retornam a Goiânia e realizam nova assembléia para avaliar os rumos da paralisação.

O reitor da UFG, Ricardo Bufaiçal, também está na Capital Federal acompanhando, ao lado de outros reitores, a tramitação do projeto 1390 e a greve do funcionalismo. Segundo Ricardo Bufaiçal, descontado o período de férias, a UFG está com um déficit de 30 dias de aula e caso a paralisação persista por mais tempo, tanto o vestibular quanto o ano letivo de 1992 e o atual poderão ser comprometidos. "As reivindicações dos trabalhadores são justas", reafirmou o reitor, sem negar os prejuízos pela greve.